

Maior participação da mulher madura no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre

Norma Hermínia Kreling*

1 - Introdução

O presente estudo tem como objetivo conhecer e avaliar as condições das mulheres maduras, aquelas com idade de 40 anos ou mais, enquanto integrantes da força de trabalho, colocando em evidência alguns dados que possam descrever a situação em que se encontram essas trabalhadoras, tendo em vista a existência de acentuada discriminação, devido à maior fragilidade das condições dessas mulheres adultas *vis-à-vis* às dos trabalhadores masculinos nessa mesma faixa etária. São tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)¹. Os dados analisados referem-se às médias anuais dos anos 1993 e 2003.

Embora o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro tenha se intensificado a partir da década de 70, observa-se um maior crescimento da inserção feminina nos últimos anos. A compreensão do significado desse aumento pode estar relacionada à ocorrência de grandes mudanças no País, nos âmbitos econômico, social e demográfico, que, agindo de forma simultânea e integrada, acarretaram importantes alterações na População Economicamente Ativa (PEA).

As transformações ocorridas na economia brasileira a partir dos anos 90, com a abertura comercial e com o processo de reestruturação produtiva e organizacional, determinaram profundas modificações na estrutura do mercado de trabalho, impondo uma nova dinâmica de funcionamento. Essas alterações repercutiram fortemente sobre os níveis de emprego, afetando os setores mais estruturados da economia e, conseqüentemente, envolvendo importantes segmentos da força de trabalho através da ampliação do desemprego e do incremento de várias formas de precarização da mão-de-obra.

Nesse cenário, tanto as mulheres quanto as famílias foram profundamente atingidas. A força de trabalho feminina, que tradicionalmente já apresentava uma situação mais vulnerável — seja nas inserções mais frágeis no mercado de trabalho, expressas nos baixos rendimentos auferidos, seja nas taxas mais elevadas de desemprego —, passou a enfrentar uma condição ainda mais difícil. No âmbito familiar, as recorrentes situações de desemprego de longa duração, em especial por parte dos chefes de domicílio, motivaram grande parte das mulheres a ingressarem no mercado de trabalho, dado o imperativo de complementarem ou até mesmo proverem a renda familiar.

* Socióloga da FEE.

A autora agradece aos colegas do Núcleo de Análise da PED-RMPA pelos comentários e sugestões à versão preliminar deste texto, bem como ao Estatístico Jéferson D. de Matos pela organização dos dados.

¹ A PED-RMPA vem sendo executada, desde abril de 1992, pelo convênio celebrado entre a FEE, a FGTAS/SINE-RS, o SEADE-SP e o DIEESE. Tem como objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da População Economicamente Ativa. A PED vem sendo realizada também nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e no Distrito Federal.

Além das transformações sociais e culturais, como o processo da emancipação feminina, os novos valores definidos ao papel da mulher na sociedade brasileira, bem como a expansão da escolaridade e o acesso às universidades, que viabilizaram o ingresso feminino em novas oportunidades de emprego, há que se considerar as mudanças demográficas ocorridas nos últimos anos, no Brasil. Tais mudanças repercutiram profundamente sobre a distribuição etária da população adulta no País. O processo de envelhecimento da população vem ocorrendo intensamente, em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — fecundidade e mortalidade — que, além das variações no ritmo de crescimento total da população, determinaram importantes transformações na sua estrutura etária. Essas alterações se refletem no aumento da participação relativa da população feminina madura, e, em especial, da idosa² nos demais grupos etários. No mercado de trabalho, essa redistribuição etária da população pode afetar profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa³, em especial a PEA feminina adulta. De fato, tem se observado o maior aumento da proporção de mulheres maduras no mercado de trabalho, elevando esse segmento a um dos principais componentes da População Economicamente Ativa feminina.

Com relação à família, também surgiram alterações demográficas importantes. A queda da fecundidade, sobretudo nas zonas urbanas e nas regiões mais desenvolvidas do País, reduziu, significativamente, o tamanho da família, possibilitando uma maior disponibilidade da mulher para o exercício profissional. Contudo as mulheres, de modo geral, seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e com os demais familiares, o que representa uma sobrecarga para as que realizam atividades econômicas. Com a redistribuição da pirâmide etária da população feminina economicamente ativa, “(...) as trabalhadoras que, até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos passaram a ser mais velhas, casadas e mães” (Bruschini, 2000, p. 17). Nesse cenário, não raro, a mulher se tornou a única provedora do sustento da família ou passou a contribuir para a renda familiar, aumentando, expressivamente, o número de famílias chefiadas por mulheres, essencialmente aquelas com idade de 40 anos ou mais.

Tratando-se dessa problemática, o presente estudo compreende, além desta **Introdução** e das **Considerações finais**, três seções. A primeira descreve o aumento da participação feminina com 40 anos ou mais na População Economicamente Ativa. A segunda dá ênfase às várias formas de inserção na ocupação, e, por último, a terceira enfoca a questão do desemprego enfrentada por esse segmento.

2 - O aumento da participação feminina madura na População Economicamente Ativa

Os dados da PED-RMPA, para os anos de 1993 e 2003, mostram que, apesar do aumento generalizado da participação das mulheres no mercado de trabalho, este se concentrou, principalmente, entre as com idade de 40 anos ou mais.

A proporção de mulheres com 40 anos ou mais, na População Economicamente Ativa, na condição de ocupada ou desempregada representava, em 2003, 43,4% contra 56,6% de homens. No entanto, nos anos de 1993 e 2003, a taxa de participação cresceu apenas para as mulheres — enquanto caiu para os homens — na faixa etária considerada. Entre as mulheres, a taxa, que era de apenas 35,7% em 1993 (165 mil pessoas), passou para 41,2% (288 mil pessoas) em 2003, obtendo um crescimento de 15,4%, que significou um acréscimo da ordem de 123 mil mulheres com idade de 40 anos ou mais na PEA. Para os homens nessa faixa etária, a taxa de participação recuou de 69,5% para 67,4% respectivamente, diminuindo sua participação na PEA em 3,0% (Gráfico 1). O crescimento da parcela feminina adulta no mercado de trabalho pode ter sido um reflexo

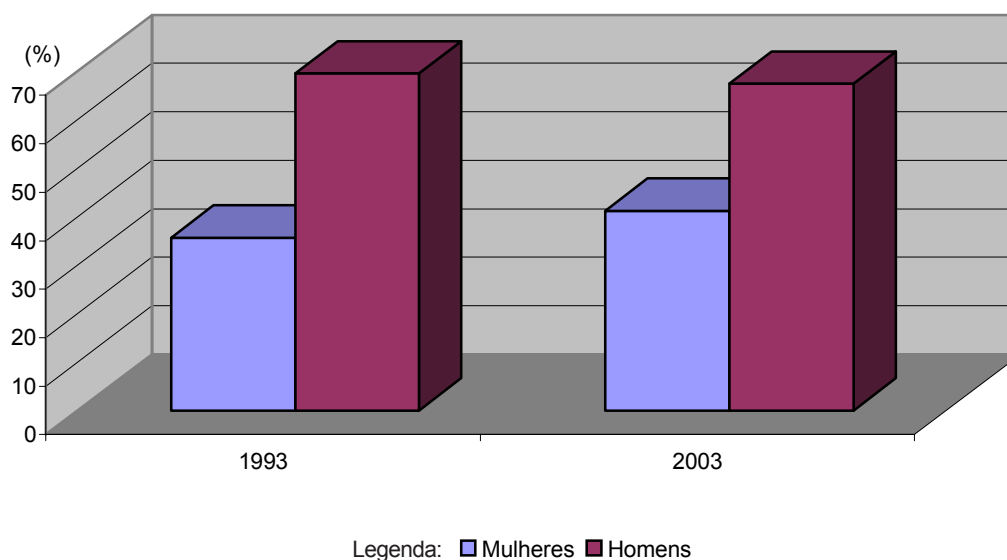
² Considera-se população idosa o grupo com 60 anos ou mais de idade. A esse respeito, ver estudo realizado por Kreling (2002).

³ Consideram-se economicamente ativas as pessoas com idade de 10 anos ou mais inseridas no mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas, seja na de desempregadas.

do aumento da participação generalizada da mulher na força de trabalho, observado nas últimas décadas, conduzindo a maiores taxas de participação também para as mulheres maduras. Adicionalmente, a dinâmica demográfica brasileira, que conduziu ao envelhecimento da estrutura etária da PEA, ampliou a quantidade de mulheres nessa faixa etária que podem se dedicar a atividades produtivas.

Gráfico 1

Taxa de participação da população com 40 anos ou mais, por sexo,
na RMPA — 1993 e 2003



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Já com relação ao segmento mais jovem, com menos de 40 anos, o crescimento da taxa de participação feminina para o período considerado foi menor (12,1%) do que o observado para o segmento com mais idade, enquanto a masculina apresentou recuo de 4,5%.

Ao se considerar a posição do indivíduo no domicílio, verifica-se que a responsabilidade em manter a família recai, principalmente, sobre o segmento mais maduro. Assim, em 2003, 35,4% das mulheres com 40 anos ou mais ocupavam a posição de chefe no domicílio onde residiam, enquanto, para os homens dessa faixa etária, esse percentual alcançava 91,8%. No entanto, levando-se em consideração as mulheres com menos de 40 anos, essa proporção diminuiu consideravelmente — apenas 11,9% das mulheres eram chefes de domicílio frente a 49,4% dos homens mais jovens. Na comparação com 1993, observa-se que a mulher

com 40 anos ou mais vem evoluindo na posição de chefe, uma vez que esse segmento representava, naquele ano, uma proporção menor (32,7%), enquanto a quase-totalidade dos homens dessa faixa etária eram chefes de domicílio (94,7%) — Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição percentual da População Economicamente Ativa, por sexo, idade e posição no domicílio, na RMPA — 1993 e 2003

POSIÇÃO NO DOMICÍLIO	40 ANOS OU MAIS						MENOS DE 40 ANOS		
	1993			2003			2003		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Chefe	32,7	94,7	70,9	35,4	91,8	67,3	11,9	49,4	32,2
Cônjuge	58,0	(1)-	23,1	56,2	1,9	25,5	43,0	1,1	20,3
Filho	3,9	1,8	2,6	4,7	3,9	4,2	37,4	40,3	38,9
Outros	5,3	(1)-	3,4	3,7	2,4	3,0	7,8	9,2	8,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Outro dado importante a ser analisado é o nível de escolaridade das mulheres trabalhadoras com 40 anos ou mais, que, segundo informações da PED-RMPA, aponta mudanças significativas nessa área, apesar de persistir uma maior fragilidade da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. De fato, a Pesquisa revela que a força de trabalho feminina madura apresenta uma maior concentração nos níveis mais elevados de escolaridade. Das trabalhadoras com idade de 40 anos ou mais, 40,7% tinham, em 2003, pelo menos o ensino médio concluído, enquanto, para os homens nessa faixa etária, esse percentual ficava em 38,3%. A diferença é ainda maior quando se refere ao ensino superior completo: 16,9% para o contingente feminino com mais idade e 13,6% para o masculino. Todavia o nível proporcionalmente mais elevado de escolaridade da mulher trabalhadora adulta não lhe tem assegurado formas mais favoráveis de inserção no mercado de trabalho, ainda que essa característica possa se constituir em pré-requisito, necessário, mas não suficiente tanto para ingresso no mercado de trabalho quanto para conquistar melhores condições de trabalho e renda. Isso significa que a melhora da escolaridade feminina não tem sido suficiente para modificar, de forma substancial, a desigualdade entre os gêneros (Tabela 2).

Tabela 2

Distribuição percentual da População Economicamente Ativa, por sexo, idade e nível de escolaridade, na RMPA — 1993 e 2003

ESCOLARIDADE	40 ANOS OU MAIS						MENOS DE 40 ANOS		
	1993			2003			2003		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Analfabetos	6,5	5,5	5,9	2,0	2,3	2,2	(1)-	(1)-	(1)-
Alfabetizados sem escolarização	(1)-	(1)-	0,9	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Até a 4ª série	28,6	29,4	29,1	18,5	19,0	18,8	7,3	8,5	7,9
Da 5ª à 7ª série	20,7	21,6	21,3	20,8	21,1	21,0	16,7	23,1	20,2
Fundamental completo	12,3	12,9	12,7	13,4	14,9	14,3	12,7	15,5	14,2
Médio incompleto	(1)-	3,2	3,1	4,0	3,9	4,0	10,0	10,0	10,0
Médio completo	12,6	12,5	12,6	19,5	19,8	19,7	31,8	27,0	29,2
Superior incompleto	(1)-	2,7	2,5	4,3	4,9	4,7	11,4	9,4	10,3
Superior completo	13,5	11,0	12,0	16,9	13,6	15,1	9,9	5,8	7,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

3 - Ocupação e condições de trabalho

A participação feminina vem aumentando consideravelmente entre a população ocupada para todas as faixas etárias, sendo com mais intensidade entre as mulheres maduras, cujo contingente passou de 154 mil mulheres em 1993 para 256 mil em 2003, com um aumento de 66,2%. Note-se que é relativamente comum para a população feminina dessa faixa etária se dedicar mais ao trabalho, dada a diminuição de suas responsabilidades maternas, uma vez que, nessa fase, os filhos já estão praticamente criados.

Na distribuição percentual da população ocupada com 40 anos ou mais em 2003, segundo o setor de atividade econômica, verifica-se que a mulher se encontrava predominantemente no setor serviços (56,2%), vindo, em seguida, os serviços domésticos (20,5%)⁴, o comércio (13,2%) e, por último, a indústria (9,6%). Assim como as mulheres, os homens com 40 anos ou mais apresentavam predominância no setor serviços (53,6%), seguindo-se a indústria (18,4%), o comércio (14,5%) e, finalmente, a construção civil (11,6%). Já na comparação com 1993, a ocupação feminina, nessa faixa etária, diminuiu sua participação na indústria (de 15,9% para 9,6%), aumentando 4,6 pontos percentuais nos serviços domésticos. A ocupação masculina também diminuiu sua participação na indústria, embora em ritmo menos intenso (de 21,7% para 18,4%) e tendo aumentado nos serviços (de 50,3% para 53,6%) — Tabela 3.

⁴ A proporção é de 30,0%, quando se considera a população feminina com idade superior ou igual a 60 anos.

Tabela 3

Distribuição percentual da população ocupada, por sexo, idade e setor de atividade, na RMPA — 1993 e 2003

SETORES	40 ANOS OU MAIS						MENOS DE 40 ANOS		
	1993			2003			2003		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Indústria	15,9	21,7	19,5	9,6	18,4	14,7	16,1	23,9	20,5
Construção civil	(1)-	11,8	7,4	(1)-	11,6	6,7	(1)-	7,7	4,6
Comércio	12,6	14,6	13,8	13,2	14,5	14,0	18,1	18,3	18,2
Serviços	55,2	50,3	52,2	56,2	53,6	54,7	52,6	49,3	50,7
Serviços domésticos	15,9	(1)-	6,4	20,5	(1)-	9,4	12,6	(1)-	5,6
Outros	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Um destaque entre as mulheres com 40 anos ou mais, em 2003, é a elevada concentração nos serviços domésticos (20,5%), enquanto, para o contingente feminino ocupado com menos de 40 anos, esse mesmo setor representava apenas 12,6%. Já com relação à indústria, ressalta-se, no mesmo ano, que havia, tanto para as mulheres quanto para os homens ocupados dessa faixa etária mais elevada, uma menor concentração nesse setor (9,6% e 18,4% respectivamente), quando comparada com a força de trabalho com menos de 40 anos, da qual a indústria absorvia 16,1% e 23,9% respectivamente.

Conforme revela a análise das diferentes formas de inserção ocupacional da população, o incremento da precarização do trabalho é um fenômeno que já vem se consolidando no mercado de trabalho, envolvendo parcelas importantes da População Economicamente Ativa, com significativas perdas nas posições mais formalizadas e com um maior número nas ocupações mais precárias. Segundo a Tabela 4, o segmento das mulheres maduras perdeu participação nas ocupações assalariadas do setor privado (de 31,4% em 1993 para 28,9% em 2003), o mesmo ocorrendo nas ocupações assalariadas do setor público (de 22,5% para 20,4%). Já entre os homens nessa faixa etária, a perda foi mais intensa: de 45,3% para 40,7% nas ocupações assalariadas do setor privado e de 15,7% para 12,9% nas do setor público. No âmbito do setor privado, cabe mencionar, ainda, para ambos os sexos, que as maiores perdas se concentraram nas ocupações com registro de carteira assinada. Por outro lado, esse segmento mais adulto apresentou maior proporcionalidade entre as ocupações consideradas mais precárias: observa-se que, em 2003, 29,7% dos homens trabalhavam como autônomos, enquanto, entre as mulheres, essa categoria atingia apenas 19,2%, destacando-se, ainda, os serviços domésticos para o segmento feminino (20,5%) e a categoria de empregadores para o masculino (8,3%). Com relação a 1993, esses contingentes evoluíram significativamente: nesse ano, os autônomos representavam 24,2% dos homens ocupados, e os empregadores, 7,3%; entre as mulheres, a parcela das empregadas domésticas correspondia a 15,9% do total de ocupadas.

Tabela 4

Distribuição percentual da população ocupada, por sexo, idade e posição na ocupação,
na RMPA — 1993 e 2003

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	40 ANOS OU MAIS						MENOS DE 40 ANOS		
	1993			2003			2003		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Assalariados	53,9	61,0	58,3	49,3	53,6	51,8	70,3	74,9	72,9
Setor privado	31,4	45,3	40,0	28,9	40,7	35,7	58,2	66,8	63,0
Com carteira	27,8	40,1	35,4	25,0	34,8	30,7	47,2	54,5	51,3
Sem carteira	3,6	5,2	4,6	3,9	5,9	5,0	11,0	12,3	11,7
Setor público	22,5	15,7	18,3	20,4	12,9	16,1	12,1	8,1	9,9
Autônomos	20,8	24,2	22,9	19,2	29,7	25,2	10,3	17,1	14,1
Empregado doméstico ..	15,9	(1)-	6,4	20,5	(1)-	9,4	12,6	(1)-	5,6
Empregador	2,5	7,3	5,5	3,4	8,3	6,2	2,2	3,7	3,0
Trabalho familiar sem remuneração	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros	5,6	6,8	6,4	6,0	7,0	6,6	3,4	3,2	3,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

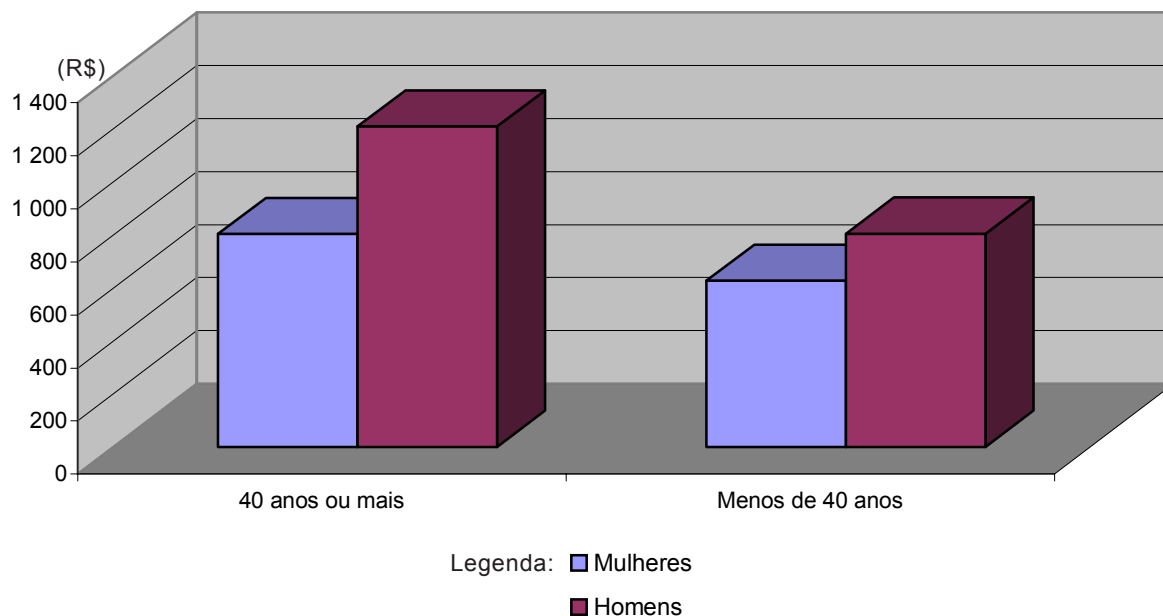
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

No que diz respeito à jornada de trabalho, verifica-se que as mulheres com 40 anos ou mais trabalhavam um menor número de horas (em média, 40 horas semanais em 2003), enquanto os homens nessa faixa etária trabalhavam, em média, 47 horas semanais. Quando comparada com a jornada de trabalho semanal exercida pelas mulheres e pelos homens ocupados com menos de 40 anos, observa-se, no mesmo ano, que a força de trabalho feminina com mais idade trabalhou o mesmo número de horas, enquanto a masculina trabalhou, em média, duas horas a mais.

Os diferenciais de rendimentos entre os sexos podem bem ilustrar a maior fragilidade da inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Ainda que a remuneração percebida pelas mulheres seja tanto maior quanto mais idade elas tiverem, observa-se que as diferenças entre os sexos são bem mais expressivas quanto mais madura for a mulher. Assim, o rendimento médio percebido pela força de trabalho feminina com idade de 40 anos ou mais correspondia, em 2003, a 66,4% (R\$ 803,00) do obtido pelos homens (R\$ 1.209,00), enquanto, para o grupo das mulheres com menos de 40 anos, essa proporção correspondia a 78,0% (Gráfico 2).

Gráfico 2

Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, por sexo e idade, na RMPA — 2003



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de ago./04.

Todavia essas diferenças reduziram-se, uma vez que, entre os anos 1993 e 2003, as mulheres com 40 anos ou mais tiveram um aumento de 8,5% nos seus rendimentos, ao passo que os homens nessa faixa etária tiveram uma redução de 6,6%. Tal resultado ficou por conta apenas do comportamento dos rendimentos entre as mulheres maduras mais escolarizadas, com ensino superior completo, as quais obtiveram um aumento de 12,7% nos seus rendimentos, face a uma redução de 12,4% entre os homens, no mesmo período. Já com relação aos outros níveis de escolaridade, ocorreram diminuições para os rendimentos de ambos os sexos. Note-se, contudo, que esse resultado positivo não exclui a situação de desvantagem que ainda permanece para as mulheres, ou seja, embora se evidencie uma progressiva inserção de mulheres mais adultas e mais escolarizadas no mercado de trabalho, ocupando postos de emprego similares àqueles ocupados pelos trabalhadores masculinos, continuam a persistir as diferenças salariais entre os gêneros.

4 - O desemprego

A partir dos anos 90, o desemprego tem apresentado elevadas taxas, assumindo proporções ainda não conhecidas na história recente do País. O desemprego entre as mulheres, nesse contexto, toma dimensões maiores, devido à discriminação sofrida por esse segmento no mercado de trabalho, dado que a força de trabalho feminina enfrenta mais dificuldades para ser absorvida na atividade produtiva.

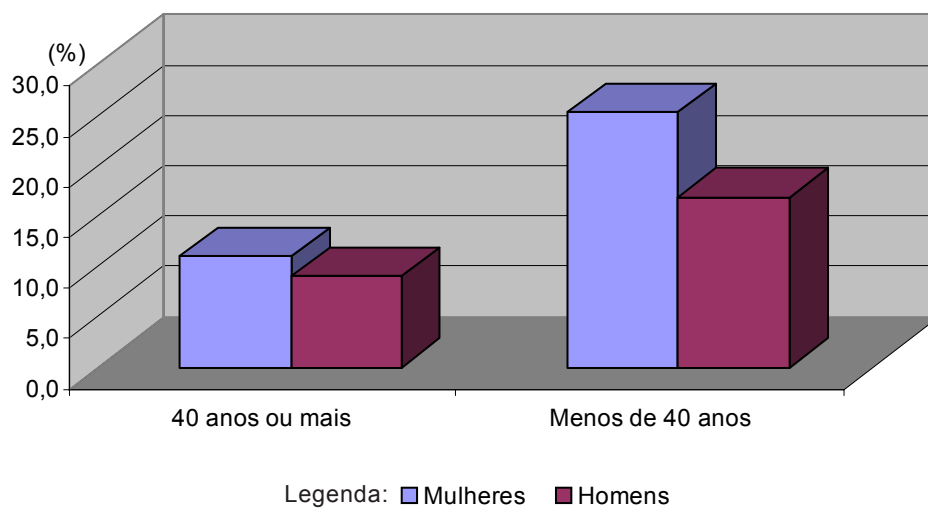
O aumento da PEA feminina em números absolutos foi consideravelmente maior para as mulheres com 40 anos ou mais, as quais apresentaram uma elevação de 74,5% entre 1993 e 2003, o que significou um acréscimo da ordem de 123 mil mulheres, atingindo um contingente de 288 mil trabalhadoras. Os homens nessa faixa etária apresentaram uma elevação menor (41,5%), tendo a PEA masculina aumentado em 110 mil pessoas no mesmo período. Num contexto econômico de baixa capacidade de gerar postos de trabalho em número suficiente para absorver todo o crescimento da oferta de mão-de-obra na RMPA, o desemprego elevou-se, consideravelmente, entre as mulheres mais maduras. De fato, tomando-se o contingente feminino ocupado com 40 anos ou mais, observa-se que, comparativamente ao incremento da PEA feminina, o aumento foi menor, de 66,2% (102 mil novos postos), o que influenciou diretamente no expressivo crescimento do desemprego desse segmento (190,0%). Assim, no período em análise, houve incremento de 21 mil mulheres desempregadas com 40 anos ou mais, atingindo um contingente total de 32 mil pessoas do sexo feminino em 2003. Da mesma forma, para o contingente masculino com 40 anos ou mais, o aumento na ocupação foi menor (36,4%) do que o verificado na PEA masculina (41,5%), resultando em crescimento do desemprego masculino, de 126,6%, entre 1993 e 2003, inferior, portanto, ao verificado para as mulheres nessa faixa etária.

As taxas de desemprego entre as mulheres, na Região, têm apresentado patamares bem mais elevados do que os encontrados para a população masculina, além do fato de que, quanto mais jovem o segmento feminino, mais alta é a taxa de desemprego. Assim, em 2003, a taxa de 25,3% entre as mulheres mais jovens era mais que o dobro daquela para as maduras (11,0%), ainda que a evolução da taxa, no período em análise, tivesse sido mais expressiva para este último segmento, com incremento de 64,2%, enquanto, para as mulheres mais jovens, o crescimento tenha sido de 46,2%. Apesar de a população masculina também ter sido intensamente atingida pelo desemprego, esse segmento apresentou uma situação mais favorável do que a das mulheres. De fato, a taxa de desemprego dos homens, além de ser menor do que a observada para o contingente feminino em 2003 (9,0% para aqueles com mais idade e 16,9% para os mais jovens), teve incremento menos acentuado entre 1993 e 2003 (de 57,9% para os primeiros e de 31,0% para os últimos). Cabe notar, entretanto, que as taxas de desemprego de homens e mulheres com 40 anos ou mais, além de mais baixas, se encontram em patamares semelhantes, enquanto, entre a população mais jovem, esse indicador é bem mais elevado para as mulheres (Gráfico 3).

Outra característica relevante a ressaltar é o desemprego estrutural, que vem se afirmando a partir dos anos 90, expresso na ampliação do tempo médio despendido na procura de trabalho. Nesse aspecto, são as trabalhadoras adultas com mais idade as que apresentam maiores dificuldades para conseguir uma ocupação: em 1993, despendiam, em média, mais de sete meses (31 semanas) na busca de trabalho, passando, em 2003, para a impressionante cifra de 64 semanas — cerca de um ano e três meses. Entre os homens nessa faixa etária, o período de procura passou de 26 semanas em 1993 para 57 semanas em 2003. Já os trabalhadores mais jovens necessitam de um tempo menor na procura de trabalho: 42 semanas para as mulheres e 35 semanas para os homens em 2003 (Gráfico 4). Tal resultado confirma a maior dificuldade com que o contingente mais maduro se depara para sua inserção no mercado de trabalho, que parece dar preferência aos trabalhadores relativamente mais jovens. Note-se que, dentre as mulheres, são as trabalhadoras com 40 anos ou mais que ocupam, em maior número, a posição de chefe no domicílio e que respondem pelo sustento da família.

Gráfico 3

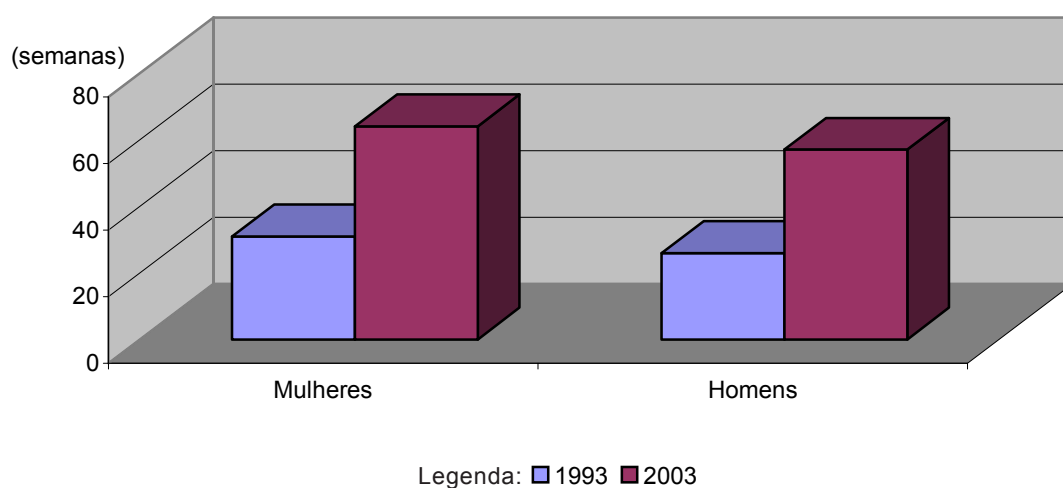
Taxa de desemprego, por sexo e faixa etária, na RMPA — 2003



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 4

Evolução do tempo médio de procura por trabalho dos desempregados com 40 anos ou mais na RMPA — 1993 e 2003



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

5 - Considerações finais

A ampliação das taxas de participação feminina na Região Metropolitana de Porto Alegre, assim como em outras regiões metropolitanas do País, deveu-se, principalmente, ao aumento da participação na atividade econômica das mulheres com 40 anos ou mais. Esse aumento pode estar relacionado, de forma simultânea e integrada, tanto à dinâmica demográfica brasileira — a qual alterou, significativamente, a partir dos anos 90, a pirâmide etária da PEA feminina —, quanto às transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas nesse período.

Seguindo a mesma tendência da PEA feminina, as formas de inserção das mulheres com 40 anos ou mais, em geral, se dão em condições mais desfavoráveis se comparadas com as dos trabalhadores homens da mesma faixa etária, seja pela maior parcela em posições mais precárias na ocupação, seja pela menor remuneração por parte da mão-de-obra feminina adulta. Essa tendência também se repete na comparação com as mulheres mais jovens, excetuando-se o maior rendimento médio por parte do segmento mais maduro, o qual detém a maior responsabilidade no sustento familiar, uma vez que há um grande número de mulheres com 40 anos ou mais ocupando a posição de chefes no domicílio em que residem. Além do mais, esse segmento vem representado por um número cada vez maior de mulheres mais escolarizadas que lutam para ocuparem seu espaço profissional. Nesse sentido, positivamente os dados revelam que foram as mulheres maduras com ensino superior completo o único segmento que apresentou aumento no rendimento médio para o período analisado.

Com relação ao desemprego, apesar de as mulheres mais jovens apresentarem taxas de desemprego mais elevadas, as taxas cresceram proporcionalmente mais para as mulheres maduras. A dificuldade de conseguir uma ocupação parece ser bem maior para essas trabalhadoras, uma vez que o tempo médio despendido na procura por trabalho, além de mais prolongado, mais que dobrou no período em foco.

Enfim, esses resultados parecem indicar que, apesar do expressivo aumento da PEA feminina adulta, a mulher trabalhadora com 40 anos ou mais, nos últimos anos, vem se tornando cada vez mais desprotegida e vulnerável no mercado de trabalho. Por isso, há a necessidade de definição de políticas e programas sociais, por parte da sociedade e do poder público em particular, voltados a ampliar possibilidades de trabalho que proporcionem direito à integração laboral e social dessas mulheres, como também condições igualitárias em relação aos homens nas oportunidades de trabalho e rendimentos.

Referências

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM/São Paulo, p. 13-58, 2000.

Espanha. Ministerio de la Presidencia. REAL DECRETO 781/2001 de 6 de Julio, por el que regula un programa para 2001 de renta activa de inserción para trabajadores desempleados de larga duración mayores de cuarenta y cinco años. **Boletín Oficial Del Estado**. Disponível em: <http://www.Boe.es>.

GOLDANI, A. M. **Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

KRELING, N. H. A inserção do adulto maior de 40 anos no mercado de trabalho: ocupação e desemprego na RMPA. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, FEE, v. 31, n. 4, p. 181-201, 2004.

KRELING, N. H. Gênero e trabalho na terceira idade. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre, FEE, FGTAS/SINE-RS, v. 1, p. 97-104, 2001.

KRELING, N. H. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, PMPA, p. 97-120, 2002.

MOREIRA, M. M. **Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro**, Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

PARECER do Comitê Econômico e Social sobre os trabalhadores idosos. Bruxelas, 2000. Disponível em: [www. CES 1185/2000 FR-IV/LO/dm/fv](http://www.CES.1185/2000.FR-IV/LO/dm/fv)

SULLEROT, E. O trabalho das mulheres segundo a idade. In: **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, p. 266-273, 1970.